



Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre Econômico” – Parte II

José Luis Oreiro

Professor Associado do Departamento
de Economia da UnB

Pesquisador Nível IB do CNPq

O Período 1968-1973: Recuperação e Milagre

- 1968: Início de uma fase de crescimento vigoroso da economia que se estende até 1973.
- PIB cresce em média 11% a.a., liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala pelo de bens de capital.
- O crescimento foi acompanhado de queda da inflação e sensível melhora no balanço de pagamentos; o qual registrou superávits crescentes no período.

Delfim Netto: O Czar da Economia Brasileira

- 1967: Costa e Silva convida Antônio Delfim Netto para o Ministério da Fazenda.
- Delfim Netto manteve a política gradualista de combate a inflação, mas mudou a ênfase da política econômica em dois sentidos:
 - O controle da inflação passou a enfatizar o componente de custos em vez do componente de demanda.
 - O combate a inflação deveria ser conciliado com políticas de incentivo ao crescimento.
- Política fiscal e salarial continuaram intactas mas a política monetária torna-se expansionista.

Controle de Preços

- Introdução dos controles de preços por intermédio da criação da CONEP (Comissão Nacional de Estabilização de Preços) mais tarde substituída pela CIP (Comissão Interministerial de Preços)
 - Tabelamento dos preços públicos: tarifas, câmbio e juros do crédito público.
 - Tabelamento dos insumos industriais.
 - Juros cobrados pelos bancos comerciais foram tabelados pelo BACEN

Plano Estratégico de Desenvolvimento

- Lançado em meados de 1968
- Prioridades:
 - Estabilização dos preços de forma gradual, mas sem a fixação de metas de inflação.
 - Consolidação da infraestrutura a cargo do governo.
 - Consolidação do mercado interno, visando a sustentação da demanda de bens de consumo, especialmente de bens duráveis.
- Adoção de uma política de minidesvalorizações cambiais para evitar que a inflação causasse uma defasagem cambial significativa.

Programa de Estratégico de Desenvolvimento (PED)

Macro objetivos

- Acelerar o desenvolvimento econômico e reduzir a inflação (questão presente nos planos anteriores)

Objetivos

- Maior utilização da capacidade ociosa no primeiro momento
- Uso mais eficiente dos fatores de produção e melhoria de sua qualidade (educação, importação de insumos e infraestrutura econômica);
- Expansão quantitativa dos fatores de produção com o investimento em setores prioritários;
- Redução do setores públicos e expansão da participação privada.

Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED)

Instrumentos

- Expansão da base monetária e do crédito (políticas monetárias e creditícias mais frouxas);
- Incentivos a expansão produção agropecuária e modernização do setor agrícola (incentivos fiscais, juros subsidiados e maior crédito: redução da inflação, exportação e menor êxodo rural);
- Incentivos a construção civil por meio dos financiamentos do SFH;
- Incentivos as exportações, especialmente de manufaturados, por meio de subsídios, crédito e a política de minidesvalorizações (não deixava a diferença da inflação interna e externa afetar a competitividade do câmbio);
- Investimento público federal por meio da emissão da dívida pública (adoção da correção monetária) e das empresas estatais por meio do endividamento externo.
- Controle de preços de insumos (CIP) e juros (inflação de custos)

Desempenho da economia brasileira (1967-1973)

Crescimento

- Milagre brasileiro: taxa média de crescimento de 11,2% a.a. entre 1968 e 1973;
- Agricultura: taxa média de crescimento de 4,5% a.a.;
- Indústria: taxa média de crescimento de 13,3% a. a. (mecânica, comunicações e elétrica, material de transportes), a construção civil que se expandindo a 15% a.a. (infraestrutura e SFH), ênfase em bens de capital e bens de consumo durável (concentração de renda e crédito);
- Serviços: taxa média de crescimento do comercio de 11,1% e comunicações e transportes de 13% a.a.

Desempenho da economia brasileira

Formação bruta de capital e o papel das estatais

- Formação bruta de capital passa de 15,5%, em p.p. do PIB, (média 1964-67) para 19,5% (média 1968-1973);
- Formação bruta de capital do setor privado passa de 10,3%, em p.p. do PIB, (média 1964-67) para 13,1% (média 1968-1973);
- Setor público também aumenta, basicamente em razão do aumento do investimento das empresas estatais.
- Formação bruta de capital das empresas estatais passa de 0,9%, em p.p. do PIB, (média 1964-67) para 2,1% (média 1968-1973), governo mantém estável sua participação;
- Modelo da Tríplice Aliança: coalisão e divisão de trabalho entre empresas estatais (investimento das estatais pro-cíclico, economias externas e complementar ao das empresas privadas), nacionais e multinacionais com a coordenação do CDI.

Desempenho da economia brasileira

Salários

- Arrocho salarial pela fórmula salarial fixada pela Lei n.º 4.475, de 1965: média de 24 meses mais resíduo (perda do salário real) e fim da estabilidade do emprego com o FGTS;
- Alteração pela Lei n.º 5.451, de 1968, que mudou a correção do resíduo: na data de reajuste se a inflação dos últimos 12 meses fosse maior que a projeção, então a diferença seria incorporada ao reajuste de salários (se a inflação se acelera nos próximos 12 meses, ocorre perda do salário real)
- Lei n.º 4.430, de 1964, restringia o direito de greve, assim como normas legais que possibilitavam a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos e a repressão policial-militar as lideranças sindicais com prisões sumárias e torturas de lideranças sindicais (repressão as greves de Contagem e Osasco em SP);
- Perda continua do salário mínimo, salário médio teria se recuperado em razão dos aumentos dos salários do pessoal mais qualificado (administração e supervisão) teria crescido entre 1968-1973, mas a ritmo menor que produtividade e, portanto, dos lucros.

Desempenho da economia brasileira

Distribuição de Renda

- Perda da participação da renda do trabalho no PIB: 55,5% em 1959 para 52,0% em 1970;
- A piora da distribuição de renda pessoal mostra uma piora continua do Índice de Gini (sem considerar desigualdade intra estratos): passa de 49,7% em 1960 para 56,2% em 1970 e atinge 62,2% em 1972;
- Concentração de renda permitiu a expansão da indústria de bens de consumo duráveis, não se constituiu em óbice para elevada taxas de crescimento (Conceição e Serra x Furtado).

Bresser-Pereira sobre a relação entre concentração de renda e expansão do consumo de bens duráveis

- “(...) Podemos dividir também a procura agregada em dois setores, que correspondem aproximada, mas não exatamente aos dois setores produtivos. Os dois setores, do lado da demanda, seriam o da classe média e alta, de um lado, correspondendo a aproximadamente 30% da população brasileira, e o da classe inferior, representando os restantes 70% da população. O primeiro setor consome principalmente bens de luxo, automóveis, bens de consumo duráveis e serviços que são produzidos pelo setor moderno tecnologicamente de ponta. A concentração de renda na classe média e na classe alta favorece, assim, um desenvolvimento ainda maior das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais e das empresas públicas. Todas essas grandes empresas, por sua vez, na medida em que são altamente capital-intensivas e tecnologicamente sofisticadas, aumentam sua procura por pessoal especializado e de pessoal administrativo, ao invés de aumentarem sua procura de pessoal não especializado. Aumenta, assim, o emprego para a classe média, enquanto acentua-se a marginalização da classe inferior. Completa-se assim um ciclo de desenvolvimento, em que o desenvolvimento do setor moderno permite a concentração de renda na classe média e alta, e esta concentração, por sua vez, estimula o crescimento do setor moderno” (2003, p. 181).

Plano Estratégico de Desenvolvimento

- No campo fiscal havia a determinação de que os investimentos em infraestrutura não comprometessem o ajuste fiscal.
 - As empresas estatais faziam esse investimento reduzindo a participação da administração direta.

	Total	Privado	Governo	Estatais	% socialização dos investimentos
1963	17%	11,60%	3,60%	1,70%	31%
1964-1967	15,50%	10,30%	4,30%	0,90%	34%
1968-1973	19,50%	13,10%	4,30%	2,10%	33%

Política Monetária e de Crédito

- Aumento real da taxa de crescimento do volume de meios de pagamento:
 - 1964-1967: 5%
 - 1968-1973: 14%
- Aumento real da taxa de crescimento do crédito
 - 1964-1967: 5%
 - 1968-1973: 17%

A Restrição Externa

- A restrição externa foi aliviada devido ao seguinte conjunto de fatores:
 - Disponibilidade de liquidez a juros baixos no mercado externo
 - Aumento dos preços das commodities exportadas
 - Crescimento vigoroso do comércio mundial
- A Repressão Financeira nos EUA (comum nos anos 1960 e 1970) levou os capitais norte-americanos a buscar opções mais rentáveis em outros países.
 - Desenvolvimento do mercado de “euro-dólares”: parte desses recursos acabou migrando para os países em desenvolvimento.
 - Forte entrada de Investimento Externo Direto e de Empréstimos em Moeda Estrangeira.

Doença Holandesa

60 *Growth and constraints*

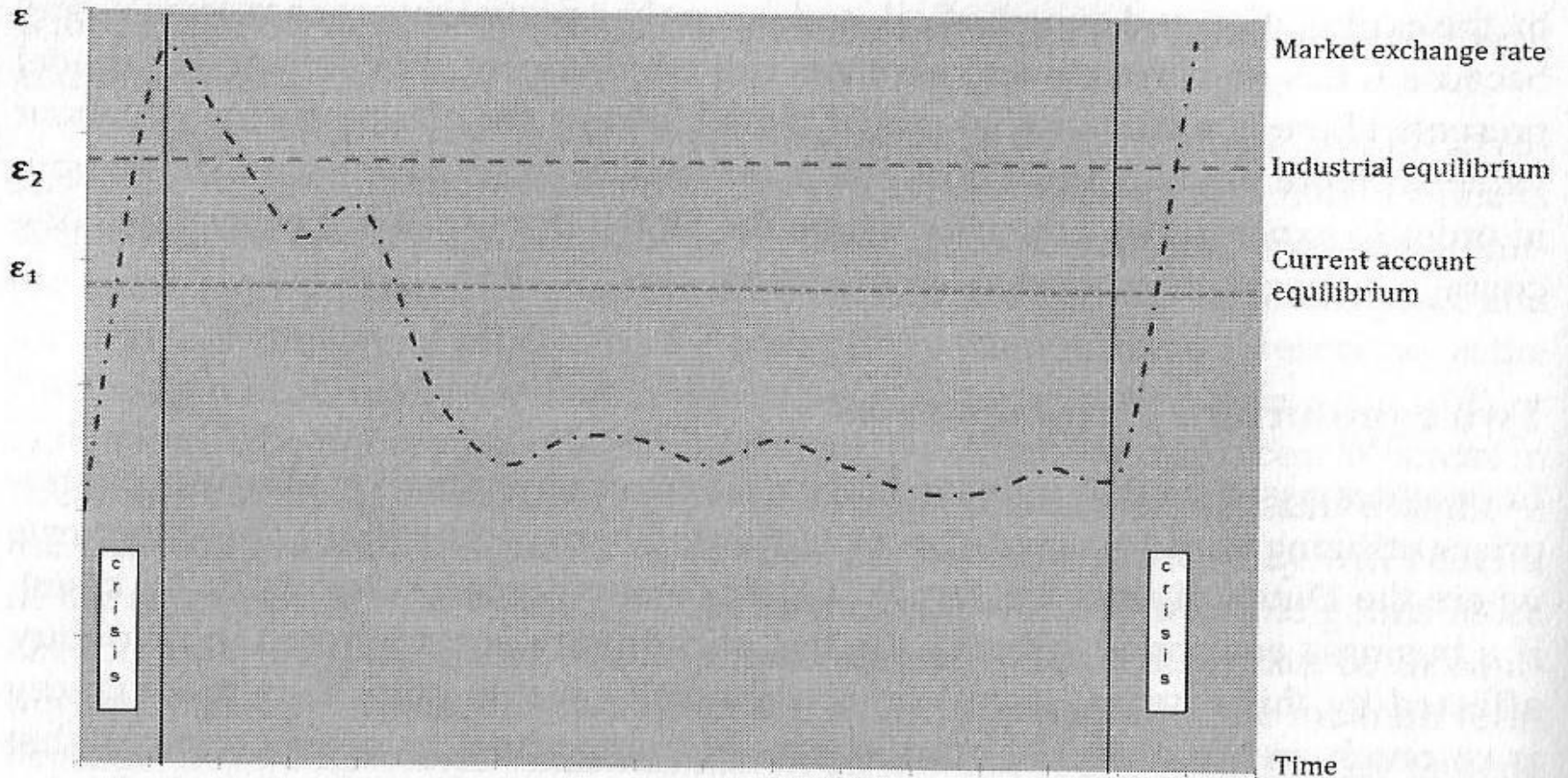


Figure 7.1 Current equilibrium and industrial equilibrium, and the market exchange rate

Neutralização da Doença Holandesa no Brasil

- Política tarifária e cambial:
 - Tarifa média de importação de 50%.
 - Subsídio médio de exportação para produtos manufaturados também de 50%.
 - Produtos primários seriam remunerados pela taxa de câmbio oficial.